

## Mulheres Empresárias e Empreendedoras

Ana Paula Marques

Este livro reúne contributos de investigadoras nacionais e internacionais dedicados à temática que dá nome a esta publicação: *Mulheres empresárias e empreendedoras*. A escolha do título é intencional, pois pretende salientar a importância de se avançar no conhecimento sobre o lugar e o papel das mulheres nas sociedades atuais, inserindo-as na esfera do poder económico e empresarial.

É um facto que uma das condições fundamentais para a emancipação feminina é a entrada no mercado de trabalho, a obtenção de um rendimento estável e a possibilidade de ter um vínculo laboral, que assegure direitos e garantias sociais à luz de um Estado promotor de igualdade de oportunidades e de género. Sem descurar os avanços registados a este nível de emancipação, é necessário convocar outras dimensões de poder, seja organizacional e hierárquico, por força do exercício de cargos formais, seja simbólico e ideológico, dada a crescente *titularização* das mulheres. Assim, esta publicação persegue dois propósitos: primeiro, restituir visibilidade à temática de autonomização económica, organizacional, profissional e simbólico-valorativa das mulheres, pelas experiências efetivas ligadas à empresarialidade e ao empreendedorismo; segundo, proporcionar um retrato o mais alargado e diversificado possível de situações reais que são expressão de mudança nas estruturas produtivas na atualidade. Ao assumirem lugares de chefia e direção em empresas ou criando oportunidades de negócio e emprego, as mulheres têm vindo a conhecer (re)configurações nas suas trajetórias profissionais e projetos de vida.

Dos contributos estabilizados nas ciências sociais, assinala-se o significativo reportório de conhecimento que converge para o que se pode designar de “estudos sociais” de mulheres e género, bem como para as abordagens sobre a divisão sexual nas esferas produtiva e reprodutiva como um dos eixos mais relevantes de (re)produção de assimetrias sociais. Desde os anos noventa do séc. XX, que a institucionalização do conhecimento científico focado nas mulheres e género tem alavancado enfoques teóricos múltiplos e distintas correntes epistemológicas orientados ou para uma visão mais de cariz empirista ou crítico-ideológica-feminista, convocando diferentes disciplinas como a sociologia, a história, a filosofia, etc. Neste contexto, a acumulação deste património permite perspetivar as desigualdades de género em intersecção com as de classes sociais, minorias étnicas e raciais, entre outras, enriquecendo o caleidoscópico concetual. Ao mesmo tempo, este esforço crescente de integração de estudos sociais de mulheres e género tem permitido legitimar reivindicações de igualdade do ponto de vista político, social, educativo e laboral, tornando mais urgente a adoção de uma permanente postura epistemológico-científica e crítica-emancipatória transversal a todas as áreas do conhecimento (Radl-Philipp, 2010).

Por sua vez, a moldura legal que consagra direitos e deveres numa linha da igualdade de género - ainda que sejam assinaláveis as várias conquistas registadas nas últimas décadas -, tem de ser acompanhada pela transformação ao nível das práticas e contextos reais de (inter)ação das mulheres (Silva et al., 2016). É um facto que, do ponto de vista das configurações sociais concretas, as mulheres protagonizam profundas transformações nos padrões familiar, educativo e económico. Desde logo, registe-se o esforço de escolarização das mulheres, em especial as detentoras de ensino superior, que constitui um dos traços mais marcantes na maioria das sociedades ocidentais (Marques, 2020a). Igualmente, a participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho tem vindo a reiterar o seu contributo económico para a criação de riqueza e, como tal, nenhuma sociedade e economia podem dar ao luxo de prescindir da sua força laboral. Neste contexto, Portugal é um dos países com menor diferença das taxas de emprego dos homens e das mulheres, entre os 20 e os 64 anos (passou de 17,2%, em 2000, para 5,9%, em 2020), quando comparado com outros países da União Europeia (Pordata, 2021). Das medidas de discriminação positiva, registe-se a importância, por exemplo, das quotas para órgãos de gestão das empresas do setor público e nas empresas cotadas em

Bolsa<sup>1</sup>, que poderão contribuir, pelo menos ao nível do plano formal, para fixar uma representação mais equilibrada das mulheres e homens nesses órgãos. Ainda assim, é relevante que se articule estas mudanças no quadro legal com o aprofundamento do conhecimento sobre como transformar estruturas e culturas organizacionais *genderizadas* (Paço e Casaca, 2021).

Na verdade, as assimetrias entre homens e mulheres persistem no acesso e permanência ao/no mercado de trabalho (distintas condições salariais, possibilidades de carreira, qualidade dos vínculos laborais, etc.), como na sua distribuição por setores económicos e cargos de responsabilidade. Sabe-se que as mulheres tendem a se concentrar em setores intensivos na indústria e, em especial, nos serviços de ação social e proximidade, geralmente mais mal pagos e com menor proteção contratual, bem como sobre elas recaem práticas de gestão organizacional *genderizadas*, contribuindo para o efeito *glass ceiling* (Connell, 2006). Ao mesmo tempo, a relação entre o trabalho pago, na esfera produtiva, e o não-pago, na esfera reprodutiva, tem mantido um registo de sobrecarga para as mulheres, quando comparadas com os homens, perpetuando-se práticas e perceções de injustiça na distribuição do trabalho doméstico (Amâncio e Correia, 2019). Com o incremento do trabalho digital (Huws et al., 2017) e de outras formas de trabalho emergentes no capitalismo de plataformas, que se intensificaram no quadro da pandemia da Covid-19, ampliam-se as assimetrias de género e os registos do *vivido* dos atores sociais (Marques, 2020b). Tanto a incidência do teletrabalho e sua articulação com a vida familiar/ privada, como as “novas morfologias” de emprego dão conta da emergência e difusão de diversas categorias de trabalhadores/as (temporários, freelancers, empresários nómadas, informais, uberizados, etc.) e fazem sobressair o agravamento ao nível das desigualdade de género.

Retomando os propósitos atrás enunciados, partimos para esta publicação tendo em mente a seguinte questão de partida: em que medida as mulheres têm estado envolvidas em cargos de direção e/ou detêm estatutos de empresárias e empreendedoras? Desta interrogação, foi nossa intenção mapear investigações tão diversas quanto possível sobre empresarialidade e empreendedorismo, com enfoque nas estratégias e projetos de autonomização da mulher na relação com o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, lançando o repto a um conjunto de investigadoras que aceitou produzir os capítulos que integram a presente obra, foi possível responder àquela pergunta de partida. É de registar

---

1 Em resultado do novo enquadramento legal (Lei nº 62/2017) que prevê uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

que os contributos aqui reunidos têm em comum assegurar “factos”, “rostos” e “narrativas”, com espessura sociológica, de mulheres em posições de gestão e/ ou com estatuto de empresárias e empreendedoras. Igualmente, de uma forma geral, seguiram opções epistemológico-metodológicas próximas de estudos de caso, o que permitiu um campo de investigação inscrito em situações concretas, aberto e menos controlado, conferindo profundidade e amplitude (Yin, 2005) na compreensão de “histórias de mulheres reais” e abertas a vários olhares disciplinares.

É disso que se irá dar conta com a proposta de organização deste livro, que compreende nove capítulos, seis dos quais se debruçam sobre a realidade portuguesa, e outros três refletem contextos internacionais. Para o alinhamento da sequência dos capítulos tivemos em mente os registos de cargos de direção, seguindo os posicionamentos das mulheres como gestoras e proprietárias de empresas, em geral, e empresas familiares, em particular. Em simultâneo, pretende-se reforçar a perspetiva do empreendedorismo transversal às experiências das mulheres que extravasa o domínio exclusivo do trabalho para incluir a vida familiar/ privada das mesmas. Com este enfoque, afastamo-nos de uma conceção reificada do empreendedorismo sempre que este se circunscreve *exclusivamente* ao contexto económico e/ ou assume um *intencional* vazio estrutural e organizacional, onde ocorrem as (inter)ações dos atores sociais. Pelo contrário, assumimos claramente uma visão do empreendedorismo que reclama ser analisado a partir das condições estruturais em que se desenvolve, das oportunidades políticas, económicas e sociais e das orientações educativas e simbólico-valorativas privilegiadas numa determinada conjuntura societal.

No primeiro capítulo, “Dilemas discursivos entre o relacional e o racional: definindo poder e autoridade quando se é empresária”, Emília Fernandes aprofunda o conhecimento dos posicionamentos assumidos pelas mulheres na sua relação com os discursos de género e empresariado. O modo como as mulheres reconstróem o seu quotidiano expõe dilemas discursivos apreendidos a partir de significados e estratégias que suportam simultaneamente a sua condição de ser mulher e ser líder da empresa. Da discussão dos resultados é possível dar conta da amplitude de posicionamentos das empresárias que “deslizam entre versões instrumentais e relacionais e democráticas do poder no empresariado, servindo-se de todas essas significações, ainda que contraditórias, para se definirem e para as desafiarem.”

No segundo capítulo, “O lugar das mulheres no pequeno empresariado português: factos e casos”, Ana Isabel Couto expõe a intencionalidade de descrever



a evolução temporal das mulheres a trabalhar por conta própria e, adicionalmente, ilustra com dois retratos de mulheres empresárias. A opção pelos “factos” através da análise da micro empresarialidade (propriedade e gestão de empresas de micro dimensão) confere maior visibilidade à presença das mulheres neste segmento, ainda que permaneça o fosso quantitativo entre o número de homens e mulheres, com protagonismos desiguais dentro da atividade empresarial das PME. Com a apresentação dos casos de mulheres empresárias e empreendedoras (*Elsa Guimarães e Paula Rodrigues*), a autora expõe percursos-tipo de *empreendedorismo jovem e qualificado* e *empreendedorismo instrumental*, reforçando o argumento de desiguais posicionamentos e trajetórias de autonomização económica e empresarial dos retratos de mulheres analisados.

Tanto o terceiro como o quarto capítulos focam-se num universo constituído por empresas familiares que têm sido palco de mudanças intergeracionais com notável presença das mulheres em carreiras de gestão e responsabilidade empresarial. No capítulo, “*Coragem* de fazer escolhas: Fundadoras e sucessoras gerentes de empresas familiares”, Ana Paula Marques analisa as transformações dos padrões culturais das empresas familiares por via da profissionalização e longevidade de fundadoras e sucessoras com qualificação académica de nível superior e relevante experiência profissional. A *coragem* de criar o próprio negócio (empresárias/ gerentes de empresas familiares de primeira geração) ou ser escolhida para suceder o fundador no negócio (empresárias/ gerentes de empresas familiares de segunda e seguintes gerações) permite compreender o potencial de atenuação da segregação sexual nesta tipologia organizacional. Nesta sequência, no quarto capítulo, “Mulheres em altos cargos de empresas familiares: experiências de sucessão e desafios sobre igualdade de género”, as autoras Ana Paula Marques e Flávia Pereira ilustram a existência de obstáculos e estereótipos de género no meio organizacional ao compararem a gestão das mulheres com a de um homem no contexto profissional e na vida familiar/ privada. No entanto, estas gestoras são também expressão de mudanças em curso ao liderarem a empresa assente na autoperceção das suas capacidades e competências *legitimadas* pela posse de um título académico e/ ou experiência de longos anos de aprendizagem e socialização na interação empresa e família.

A capacitação das mulheres e o seu poder de agência são particularmente importantes nas sociedades democráticas que se pautam pela observância dos direitos sociais e de uma vigilância do Estado social. Nesse sentido, o quinto capítulo, “Cooperação para a Sustentabilidade Social no Empreendedorismo Feminino – O caso das Mulheres à Obra”, de Camila Rodrigues serve os

propósitos de um estudo de caso exemplar. Ao dar conta da comunidade “Mulheres à Obra” pretende conferir inteligibilidade a práticas colaborativas de *bottom-up* de mulheres empreendedoras com pequenos negócios que se apoiam mutuamente na prossecução dos seus objetivos profissionais.

A concluir o legado dos contributos nacionais, no sexto capítulo, “Potencial de empreendedorismo feminino: (contra)tendências e singularidades das diplomadas do perfil ‘Multiativo’”, Rita Moreira destaca o papel das políticas educativas na promoção do empreendedorismo no ensino superior, integrando a sua tese de doutoramento sobre esta temática. Neste capítulo, a autora reforça a linha de estudos sobre o impacto que tem a segregação académica no sistema educativo, marcada pelas opções por ciclo de estudos e área científica, em articulação com outros fatores, na configuração de padrões de desigualdades do empreendedorismo feminino.

A partir dos capítulos sétimo, oitavo e nono, as análises de que as autoras dão conta reportam-se a realidades internacionais. Hana Witt propõe-nos olhar para as “Gigantes invisíveis”: o protagonismo de esposas e mães nas empresas familiares da Região Sul do Brasil”. Neste capítulo, a autora fala-nos de um outro tipo de invisibilidade, quando se associam os papéis de esposas e mães às empresas familiares. Da análise realizada, ficam patentes os dilemas que atravessam a empresa familiar, permitindo reiterar a importância desta figura tanto na dinâmica empresarial, pelo seu êxito e continuidade, como na socialização, transmissão de valores e mediação de conflitos quotidianos, pela aproximação da família e empresa.

No oitavo capítulo, “Emprendimiento femenino, del marco general al caso particular. Historias de vida de emprendedoras gallegas”, Sara M<sup>a</sup> Torres Outón retrata as mulheres empreendedoras do sul da Galiza em atividades de comércio, hotelaria e prestação de serviços. Mais uma vez, se destaca a importância da formação e da experiência prévia, conjugadas com políticas públicas de apoio para fazer face aos desafios da digitalização do trabalho. Cruzando exigências de conciliação familiar com estruturas de motivação e decisão pelo empreendedorismo, a autora reforça a conveniência de se aprofundar o conhecimento desta realidade, incluindo a variável maternidade e paternidade.

No último capítulo, “Successful women entrepreneurs in the lodzkie voivodship - case studies of entrepreneurial women’s activities”, Monika Fabińska procura aprofundar as razões de uma menor expressão da atividade empreendedora junto das mulheres polacas. Além de corroborar os motivos que subjazem a essa menor predisposição, quando comparadas com os homens, e as barreiras já elencadas nos estudos sobre esta matéria, a autora reforça o papel praticamente

imperceptível ou insignificante da entrada União Europeu na transformação do mercado de trabalho. Na sua perspectiva, importa aproveitar a oportunidade dos Fundos Estruturais atuais (2021-2026) para desenvolver atividades e propor medidas de estímulo do mercado de trabalho, seguindo uma política de maior efetividade de promoção da igualdade de oportunidades e de género.

Este livro pretende, assim, avançar no conhecimento sobre as mulheres e a sua relação com o poder económico e empresarial, sendo útil para uma vasta audiência constituída tanto por mulheres interessadas em posições de liderança, como por organizações (públicas, privadas e terceiro setor), responsáveis institucionais e sociedade em geral. Em comum, importa que sejamos capazes de contribuir para uma maior justiça equitativa nos diversos planos de uma vida mais solidária, justa e decente, fundamentada em valores de autonomia e igualdade substantiva de oportunidades sociais e de género.

### Referências bibliográficas

- Amâncio, L., & Correia, R.B. (2019). Em busca da igualdade: Perceção de justiça e divisão do trabalho doméstico — mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 90 (<http://journals.openedition.org/spp/6116>). Acesso 12/08/2020).
- Connell, R. (2006). Glass ceilings or gendered institutions? Mapping the gender regimes of public sector worksites. *Public Administration Review*, 66, 792-960.
- Marques, A.P. (2020a). Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 18(s1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00249>.
- Marques, A.P. (2020b). Regresso ao trabalho em tempos pandémicos: Urgência de vinculação social. In M. Martins e Eloy Rodrigues (Editores), *A Universidade do Minho em tempos de Pandemia. Projeções, ebook* (pp. 127-151), Tomo III, UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.25>.
- Paço, N. & Casaca, S.C. (2021). Equilíbrio entre mulheres e homens nos órgãos de governo das empresas cotadas em Bolsa. A influência do compromisso estratégico empresarial. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 96, 75-91. DOI: 10.7458/SPP20219619400.
- Radl-Philipp, R. (Ed.) (2010). *Investigaciones actuales de las mujeres y del género*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Silva, M.C. et al. (Org.) (2016). *Desigualdades e políticas de género*. Vila nova de Famalicão: Editora Húmus.
- Yin, R.K (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman.